

## **TRABALHO DOCENTE ALIENADO: UMA VISÃO MARXISTA**

Cleia Simone Ferreira<sup>1</sup>

Luiz Leonardo Ferreira<sup>2</sup>

**RESUMO:** A educação brasileira vive hoje um momento muito especial, no que diz respeito à definição da sua razão de ser social. Por um lado, percebe-se um processo de privatização e de orientação da produção do conhecimento a partir da racionalidade do mercado, do outro lado, a luta e a resistência do movimento docente. Diante desse quadro, emerge a necessidade de investigar o trabalho docente, por ser na sua essência, ou na sua definição teórica, um trabalho a serviço da emancipação humana, do desenvolvimento das capacidades humanas, da crítica da realidade, da produção do conhecimento para transformação da vida social. Partindo dos trabalhos de Marx sobre alienação e das contribuições de Savani, do quadro da alienação do trabalho contemporâneo, é realizado um exame do papel do estado enquanto agente do capital e, portanto, como “corpo alienado”, seguido de uma análise a configuração da alienação do profissional docente. A vivência cotidiana e a análise dos artigos aqui pesquisados mostram visivelmente a alienação do docente, as inúmeras interferências do estado em relação ao que se deve ensinar e a forma de ensinar faz que o docente não se sinta mais como parte do processo de construção do seu trabalho e sim como um mero reprodutor de ideias concebidas por outros, transformando o trabalho em um fardo necessário para a subsistência.

**Palavras-chave:** Trabalho. Alienação. Docência. Educar.

---

### **Introdução**

No conjunto da filosofia marxista a educação não é abordada de uma forma sistemática, literalmente falando Marx escreveu muito pouco sobre educação, mas isso não quer dizer de maneira nenhuma que não tenha, ou seja, que não esteja implícita nesta filosofia uma preocupação com o educacional e o pedagógico.

Para o marxismo e particularmente para Marx, a educação faz parte da dinâmica da política da sociedade. Trás implícita a proposta político-pedagógica que reconhece que o papel mais importante da educação não é o desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Mestranda em Educação pela UFG – Universidade Federal de Goiás. CV: <http://lattes.cnpq.br/5791455993568516>

<sup>2</sup> Técnico Agrícola, Graduado em Engenharia Agrônoma e Mestre em Agronomia - Universidade Federal da Paraíba; doutor em Fitotecnia - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. CV: <http://lattes.cnpq.br/8177473980862031>

individual, mas o de colaborar para a transformação da sociedade e suas dimensões políticas e econômicas.

Para melhorar a superestrutura ideológica é preciso que haja investimento político na infraestrutura econômica e social. Segundo Severino (2010) em uma perspectiva marxista a educação tem duas tarefas, duas grandes dimensões. Uma que seria de caráter mais negativo, que é justamente de fazer a crítica, a denúncia e diagnosticar as várias formas de alienação a que somos conduzidos pelas ideologias, então esse trabalho de crítica ideológica de denúncia precisa ser feito. Cabe ao conhecimento, cabe à educação e esta é a mediadora do conhecimento, com a função de esclarecer e conseqüentemente de denunciar.

Assim como acontecia no projeto iluminista da modernidade, o marxismo privilegia a razão como instrumento de esclarecimento da sociedade, mas enquanto no iluminismo há uma perspectiva de neutralidade, no marxismo busca a transformação da realidade social.

De acordo com Santos (2000) do lado positivo é anunciar, propor uma nova realidade social e cobrar dos responsáveis, dos agentes históricos uma nova práxis não só organizativa da sociedade, mas também da condução da vida social, atribuindo a todas as pessoas as suas responsabilidades, mas também os seus direitos.

Para Marx, deve-se utilizar todos os recursos que foram acumulados pela cultura no desenvolvimento de uma educação emancipatória.

Não há como não se lembrar de Jean Jacques Rousseau 1712-1778. De um novo contrato social, mas um contrato social não baseado em uma teoria romântica da natureza humana, mas um contrato social baseado no conhecimento das engrenagens da própria vida socialista.

Todo trabalho é uma atividade mental ou física que produz bens ou serviços, pode-se assim dizer que todo trabalho é uma atividade produtiva. Os bens para serem criados necessitam dos meios de produção, ou seja, conjunto formado pelos meios de trabalho e pelo objeto de trabalho que inclui as fábricas, as ferramentas, as instalações, os combustíveis, os meios de transportes e os recursos tirados da natureza, a matéria prima, dentre outros.

O conceito de trabalho e o valor atribuído a ele dependem da época e do local e de quem o controla. Veem-se então algumas definições:

Trabalho é aplicação da força física ou intelectual feita pelos seres humanos que transforma a natureza para satisfazer as necessidades humanas ou ainda trabalho é ação material ou intelectual transformadora do homem realizada pelo homem na natureza e na sociedade em que ele vive. Segundo Marx: “trabalho pode ser entendido como a força de trabalho posta em ação criando um valor na elaboração de uma determinada mercadoria, ou seja, todo trabalho tem um valor em si, pois produz alguma mercadoria.”

Para Marx todo trabalho tem um valor, para ele existe uma íntima relação entre o acúmulo da riqueza do capitalista e o empobrecimento do trabalhador. Assim, o valor não pago ao trabalhador é denominado de mais-valia e é da mais-valia que a capitalista tira boa parte de seu lucro, isso revela a exploração sofrida pelo trabalhador.

Marx ainda discorre que o trabalhador é alienado de seu trabalho e isso ocorre porque ele vende seu serviço, não sendo dono de seu tempo enquanto trabalha, tampouco é dono do produto criado. É do capitalista que também é o proprietário dos meios de produção.

Para os marxistas a única forma de acabar com essa exploração, de quebrar este sistema de exploração é o trabalhador consciente do valor de seu trabalho acabar com a propriedade privada, criando assim uma sociedade igualitária na qual não estaria mais alienado, isto é, estaria consciente do valor de seu trabalho, pois este seria dono de seu tempo e dos meios de produção que pertenceriam a todos igualmente e não somente a uma minoria de pessoas. As empresas ou ao Estado.

Marx defendeu uma sociedade comunista, neste tipo de proposta é necessária à abolição da sociedade privada dos meios de produção, a distribuição igualitária dos bens produzidos pela sociedade e a organização da riqueza social pela própria comunidade de produtores de bens.

### **Conceito de trabalho**

Muito embora o conceito simplificado de trabalho possa ser de domínio público, importa ressaltar que o trabalho apresenta um conceito amplo e está vinculado ao processo produtivo de bens e serviços de consumo, como também, aos aspectos socioeconômicos nos quais os trabalhadores de todas

as atividades produtivas se encontram inseridos. Este aspecto interage segundo o apontamento de que para o fato de que trabalho está vinculado ao capital e aos valores socioeconômicos pertinentes ao processo de mercantilização.

Ao adentrar-se no entendimento sobre a própria educação e a partir da premissa marxista do trabalho enquanto princípio educativo (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016), pontua-se que no trabalho docente esta assertiva parece fazer ainda mais sentido, resguardando inclusive a importância de políticas que aprimorem o desempenho desta atividade.

Depois de todas as observações acerca do trabalho e, a luz do contexto observado, cabe aqui apresentar o conceito de trabalho sob a filosofia de Marx:

De um lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana, no sentido fisiológico, e é nessa qualidade, de trabalho humano igual, ou abstrato, que ele constitui o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é um dispêndio de força de trabalho humana de uma determinada forma e com um objetivo definido e é nessa qualidade de trabalho concreto útil que produz valores de uso (BOTTOMORE, 2013, p.599).

Ao realizar um processo interpretativo do conceito de Marx em relação ao trabalho tem-se que este é um instrumento de transformação do ambiente em que os indivíduos vivem e, inclusive, da sociedade como um todo, porém, também constitui um instrumento de alienação, capaz de fazer sucumbir à consciência crítica do ser humano em nome do crescimento/desenvolvimento econômico. Isto significa comentar a existência de dois lados antagônicos no contexto do trabalho a partir da percepção marxista.

A conotação de crescimento/desenvolvimento econômico como instrumento massificador do trabalho também está presente e, vem sendo perpetuado no ambiente do trabalho docente, constituindo este fator um elemento capaz de influenciar o desempenho das atividades na docência superior, ainda mais no caso das instituições privadas.

Quando se trabalha o entendimento acerca do conceito de trabalho, concebe-se que o mesmo constitui uma atividade essencialmente humana, que se decompõem a partir da exteriorização. Neste sentido, aponta-se que a

partir do trabalho estranhado que ocorre o engendramento do homem, junto aos materiais produtos de seu trabalho e inclusive, junto a outros homens que se encontram no processo de produção, constituindo-se esta uma relação de complexidade humana (PEREIRA; GUILHERME, 2016).

Neste contexto, aponta-se o fato que por ser essencialmente humana a atividade laboral, considera-se que o trabalhador deveria estar inserido em um ambiente humanizado e apto a valorizar a sua atividade, não apenas elevando a materialização produtiva em detrimento a própria existência do ser humano/trabalhador.

Ainda ao discutir acerca da abordagem conceitual sobre o trabalho e sua relação com o ser humano, se faz relevante avaliar o entendimento de Pereira e Guilherme (2016, p.3) de que: “[...] a relação do homem com o trabalho acentuou dentro da sociedade capitalista a contradição entre modos de produção e força de trabalho. [...]”.

Como foi anteriormente reiterado é de entendimento neste estudo de que a sociedade capitalista compreende um ambiente contraditório ao ser humano, pois enquanto valoriza o seu produto enquanto trabalhador, não lhe confere o valor da mão de obra da produção do capital. Traça-se aqui o entendimento marxista de que o trabalhador é concebido como um produto e não como ser humano no contexto da sociedade, mas apenas como fonte de rendimento àqueles que dominam o capital.

Configura-se a compreensão de que o trabalho é um processo coletivo e educativo e, segundo o próprio Marx é na vivência dos trabalhadores, que se tecem a memória coletiva do trabalho e a necessidade produzi-lo de forma associativa. Todavia, o uso do fruto deste trabalho também deveria ser associativo e estar presente na vida de todos, de forma indistinta, não permitindo que o trabalhador possa ser excluído do fruto de seu esforço e trabalho (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016).

A luz de tudo o que já foi aqui mencionado, aponta-se a contemplação de Marx de que o trabalho faz parte da vida dos trabalhadores, no entanto, não pode este ser voltado unicamente para os benefícios econômicos que se originam de sua força de trabalho (benefícios estes que excluem os próprios

trabalhadores), visto que se ocorre desta forma, a mesma ganha a conotação de escravidão e dor aos indivíduos, no campo individual e coletivo.

No instante em que se trata sobre a importância do trabalho, considera-se necessário apontar que:

A (re)criação do mundo social só é possível graças à força de trabalho, ou seja, à capacidade humana de mobilizar as energias físicas, mentais, emocionais e morais que, a partir de uma base natural, são produzidas culturalmente pela experiência e pela educação, materializadas na corporeidade e no espírito do trabalhador. [...] (TIRIBA; MAGALHÃES, 2016, p.91).

Ressalta-se o fato de que a mobilização do ser humano para realizar suas atividades laborais deve estar inserida no contexto de sua capacidade humana de transformação e de materialização de energias e recursos em produtos e serviços disponíveis ao próprio homem e, neste contexto, precisam estar incluídos os donos da força de trabalho.

É certo comentar que a preocupação com o conceito do trabalho esteve sempre nas discussões sociais e acadêmicas embora se possa asseverar que Marx teve um importante papel neste caminho no campo filosófico, todavia os aspectos que envolvem a qualificação para o trabalho tiveram origem somente em meados do século XX (SILVA, 2005).

Ao fazer análise em relação a esta abordagem, pode-se apontar que Marx trouxe um pensamento filosófico acerca da observação do trabalho sob dois enfoques, ou seja, enquanto atividade humana e fonte de lucros ao meio capitalista. Apresentando o trabalho não como instrumento de libertação e, sim, como fonte de crescimento do capital.

Depois do século XX, assevera-se que a qualificação do trabalho ganhou notoriedade nas discussões filosóficas e acadêmicas, constituindo uma área do conhecimento, que se consolidou por sua multidisciplinaridade. Ainda sobre esta abordagem tem-se que a obra de Karl Marx “O Capital” traz acerca dos aspectos da qualificação profissional, trazendo a forma de condução das ações no contexto dos processos de produção na sociedade capitalista que tinham por meta o acúmulo do capital, que se tornou a principal fonte norteadora da sociedade capitalista. Complementou também

que a qualificação da mão de obra gerou uma intensa divisão do trabalho gerando “[...] redistribuição entre atividades e trabalhos parciais” (SILVA, 2005, p.1).

Ao fazer uma análise histórico evolutiva entende-se que o processo de qualificação do trabalhador não se apresenta favorável, tendo em vista que ganhou um formato de exploração e não de libertação, pois, a produção em série e o lucro econômico-financeiro cada dia maior, constituem os aspectos que envolvem a realidade do trabalho na sociedade.

Compreende-se deste modo que ao avaliar a visão de todos os elementos que circundam o trabalho, considera-se que este contexto filosófico fez de Marx um dos maiores estudiosos desta abordagem, construindo entendimentos sociais que antes não estavam presentes no contexto das sociedades, especialmente, quanto ao fato de que o trabalho, inclusive o qualificado, é processo capaz de beneficiar os indivíduos mais ricos, como se observa a partir da compreensão de que:

[...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz desnudez para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas joga uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotia, cretinismo para o trabalhador (MARX, 1989, p.152).

Concebe-se o aprofundamento do entendimento acerca das consequências do trabalho no âmbito da sociedade, quando Marx (1989) pontua as contradições que este encerra, pois, como disse o pensador o trabalho tem a capacidade de libertar e escravizar; gera benefícios, mas deixa os próprios trabalhadores longe destes e gera trabalhos braçais (bárbaros) para alguns e, ao mesmo tempo torna outros indivíduos marcados pelo excesso de trabalho, na contramão dos benefícios que dele deveriam emanar.

Neste sentido, é certo que se aponte para a análise de que os beneficiados pelo produto do trabalho não são os trabalhadores, mas, aqueles que exploram a sua mão de obra e possuem o poder do capital.

Deste modo, pode-se reiterar que o capitalismo é protetor do capital e não daqueles que o produzem.

Consubstanciou o entendimento de que o aumento de produtos a serem industrializados pela mão humana gera a necessidade de duplicidade do esforço, porém, nem sempre o método de trabalho foi modificado para produzir mais e melhor, sem o aumento do esforço de trabalho humano. Assim, pontuou Marx (1989, p.238) que: “[...] Por isso, tem de ocorrer uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção, e, portanto, no próprio processo de trabalho”.

Assim, tendo como fundamento analítico as concepções filosóficas de Marx é possível perceber a necessidade de evolução ou transformação dos meios de produção, de forma que o trabalhador não seja a máquina por trás dos avanços tecnológicos, de forma que as máquinas e computadores, possam gerar maior quantidade de produtos a preços mais baixos, fazendo do homem um subproduto deste modelo de produção capitalista.

Fazendo uma alusão ao que já foi avaliado, tem-se que a agilidade do processo produtivo, isto significa dizer, o processo evolutivo dos meios de produção gera segundo a concepção da teoria Marxista a extração de mais-valia. Nesta concepção, concebe-se que a despeito da possibilidade de evolução das empresas na produção de produtos, não pode ser o trabalhador a principal vítima de exploração e não remuneração em nome da estabilidade econômica da empresa no mercado. Pois, se isto ocorre gera um quadro de exploração da classe trabalhadora.

Pode-se considerar o fato de que o traço histórico realizado aponta que o trabalhador esteve sempre sob uma berlinda de necessidade de produzir mais e melhor, por menos e ainda permanecendo em um quadro de exploração que eleva a produção e produtividade das empresas, mas, não vai com a mesma força ao encontro dos benefícios à proteção da saúde, segurança e ao resgate da dignidade dos trabalhadores, que constituem a força motriz do próprio capitalismo.

A luz desta concepção avalia-se que o ano de 1919, depois do término da Primeira Grande Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada para a proteção dos trabalhadores em todo o

mundo, que trabalhavam nas fábricas com o objetivo de prosperidade para as indústrias, mas sofriam de injustiça social e descaso com sua vida, saúde e dignidade. Assim, na declaração de Filadélfia constava segundo Ilo (1999, p.6) a criação de: “[...] condições de liberdade e dignidade e de segurança econômica e oportunidades iguais para todos os seres humanos independentemente de raça, credo ou sexo, de tal forma que pudessem perseguir seu bem-estar material e desenvolvimento espiritual”.

A partir das análises a teoria filosófica marxista, concebe-se que o trabalho foi e ainda é instrumento de exclusão e escravidão, pois, pelo trabalho e a alta produtividade das empresas, os trabalhadores são desprezados, explorados e excluídos do consumo e aproveitamento dos bens que eles mesmos produzem. Denota-se assim, que o trabalho é um instrumento de produção de riquezas, mas não de distribuição igualitária.

Em outras palavras, pelo trabalho os seres humanos desenvolvem suas capacidades de aprendizagem, compreensão e transformação da realidade da organização produtiva, no entanto, nem sempre conseguem transformar a realidade de exploração em que se encontram inseridos (perpetuando um processo de exploração). No desenvolvimento de suas atividades laborais os trabalhadores executam atividades além de sua condição biológica, testando seus limites e aprendendo sobre si e sobre os outros em relação à capacidade produtiva, deste modo, produzem conhecimento e se educam (SILVA, 2005). Neste sentido, o objeto do trabalho é primeiramente a satisfação das necessidades humanas e, posteriormente o homem passa a pensar, visto que de acordo com Germer (2003, p.71): “[...] os pensamentos consistem na representação mental dos atos necessários à produção, que expressam a sua dupla relação com a natureza e com os outros”.

Concebe-se assim que primeiramente o homem é um ser trabalhador e, na sequência um ser pensante, gerando a produção de bens e serviços anterior a satisfação de suas necessidades culturais e intelectuais, visto que para o capital é interessante a produção e não o pensamento dos trabalhadores, gerando um homem que trabalha a partir da obediência a ordens e obrigações. Neste sentido, o ser humano torna-se um instrumento

de produção para o crescimento do capital, antes mesmo de exercer a sua capacidade humana de pensar.

Pontua-se que esta limitação em relação a possibilidade e a capacidade do valor do pensamento também adentram as universidades, de forma a permitir a criação de um contingente de docentes/discentes, os quais não ensinam e nem aprendem a pensar, senão em prol do mercado de trabalho, do poder do capital e da transformação do trabalho em capital.

Atenta-se a concepção de que para o crescimento do capital é pertinente o controle sobre o processo produtivo e, para isso o trabalhador enquanto agente deste processo precisa cumprir metas, exercer suas atividades com habilidade e capacidade, gerando benefícios para os meios de produção e não para a sua vida. Mesmo com os avanços tecnológicos ao trabalhador cabe o dever de executar suas atividades exaustivamente, sem pensar ou questionar, pois, o seu trabalho se encontra à mercê do capitalista e, assim, cabe ao trabalhador se especializar, aprender a trabalhar com as novas tecnologias para ter a oportunidade de continuar empregado (BATISTA; ORSO, 2015).

Postas assim as considerações sobre o trabalho no campo da Teoria Marxista, atenta-se para o fato de que este se consagra no fundamento da construção do conhecimento, articulando ainda que:

É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. É nesse ponto que termina o fraseado oculto sobre a consciência e o saber real passa a ocupar o seu lugar (MARX; ENGELS, 1998, p.27).

Em consenso os estudiosos esclarecem que o trabalho no sistema de produção capitalista constitui uma atividade que precisa ser executada cada dia mais rápida e perfeita, buscando a produção e a produtividade. Para isso o trabalhador é estimulado a desempenhar suas funções quase instintivamente, gerando acúmulo de riquezas, produzindo sempre mais em um ambiente precário que lhe garante a possibilidade de trabalhar, mas não de construir pensamentos que possam lhe retirar da hegemonia da produção.

Ao tratar destes aspectos, percebe-se que em verdade o capitalismo não dispõe de tempo para que o trabalhador possa construir seu pensamento de forma a agir racionalmente, pois, atenta-se para o fato de que durante o processo produtivo a “linha de produção” deve ser executada com rapidez e jornadas exaustivas, de forma a realizar o que deseja a empresa e exige o mercado consumidor, de forma a buscar a proteção do seu emprego e apresentando-se sempre mais produtivo e menos pensativo (BATISTA; ORSO, 2015).

Em consideração a estes elementos, concebe o entendimento de que na Teoria Marxista este trabalho em benefício ao capital gera um processo de alienação que se instala no ambiente de trabalho e na vida do trabalhador, gerando somente ações produtivas em benefício da produção capitalista e dos valores que envolvem o movimento econômico.

A luz desta concepção aponta-se que na mesma intensidade que se vislumbra o crescimento/desenvolvimento econômico, aumenta o esforço para a realização do processo de produção e reduz a possibilidade de o trabalhador receber as benesses desta produção é, assim, o crescimento do capital em detrimento ao pensamento e justiça social envolvendo o trabalhador.

Em seu pensamento filosófico sobre o trabalho, assegurou Marx, que a alienação constitui um processo de metamorfose em que o trabalhador se encontra na mercadoria que ele produz de modo objetivo e alienado. Neste mesmo contexto, pontua que o trabalhador é o produtor de uma riqueza que ele não consome, ou seja, produz mercadorias, mas está excluído da possibilidade de seu consumo. Isto gera um processo extremamente humilhante, visto que o trabalhador é desapropriado de tudo, mantendo somente a sua força de trabalho. Assim, ocorre a multiplicação do capital a partir da força de trabalho do trabalhador e da sua exclusão dos resultados se sua produção (BATISTA; ORSO, 2015).

Pode-se aludir o entendimento de que o aumento do processo produtivo e do trabalho origina um trabalhador cada dia mais preso à sua condição de inferioridade do aproveitamento do esforço de seu próprio trabalho. É possível considerar este um contexto contraditório, o qual traz

benefícios aos que supostamente dominam o pensar e o comandar, mas impede que o trabalhador tenha acesso a este pensamento e comando.

Observa-se neste contexto a dialética que está presente no binômio trabalho/capital, isto porque, este pensamento traz a tona as contradições presentes na realidade, tendo em vista que segundo o que aponta Konder (2003, p.8) a dialética: “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, compreendendo esta como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

Considera-se essencial apontar que na verdade a dialética permite a observação das contradições existentes na realidade dos trabalhadores, em relação a estar tão perto da riqueza, ser construtor dela, no entanto, não ser beneficiado por ela ou ter acesso àquilo que seu trabalho gera. Isto reflete no cotidiano de uma sociedade cada dia mais voltada para um processo de minoria privilegiada e maioria trabalhadora e distanciada do fruto de seu trabalho.

Segundo o posicionamento filosófico de Marx a compreensão da realidade possibilita o aprimoramento do concreto, para isso é pertinaz analisar as categorias (partes) e suas relações (estruturas sociais), de forma a possibilitar a elaboração de uma síntese analítica e clara sobre os aspectos que envolvem o trabalho. Aponta que este procedimento inicia-se no concreto e se direciona ao entendimento do abstrato, o que difere do idealismo hegeliano, tendo em vista que o mesmo nas palavras de Marx (1997, p.40) tem o: “real como resultado do pensamento que sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo.”

Quando fala sobre este tema em interpretação de Gamboa (1987), o materialismo histórico e dialético constitui um método que envolve diversos elementos, como, por exemplo, os gnosiológicos (doutrina que trata sobre o movimento do conhecimento); os lógicos (ciência que estuda as formas e leis do pensamento) e os ontológicos (a relação da realidade objetiva ao ser) interrelacionados ao contexto histórico.

Para Marx a concepção idealista de Hegel em relação ao trabalho não traz a realidade vivenciada, ele acrescenta a dialética a ideia da alienação, enquanto aspecto negativo que está presente no cotidiano do trabalhador.

Considera que o trabalho deveria constituir condição de libertação e não de escravidão do ser humano. Porém, o trabalhador passa por um processo de opressão que se alicerça na divisão social do trabalho e na propriedade privada, visto que não garantem ao trabalhador o direito de consumir o fruto de seu trabalho. Neste sentido, o trabalhador não se realiza no trabalho, mas é alienado nele, é construtor do sistema produtivo, mas não tem o direito de fazer uso de sua criação (OLIVEIRA, 2006).

Esta opressão que se origina no trabalho traz para a vida do trabalhador um processo de alienação que, na interpretação de Marx é um processo de escravização e de reflexos de uma sociedade capitalista, que valoriza somente o produto do trabalho e não o trabalhador.

O método dialético segundo Marx é um processo que tem por premissa “duvidar de tudo” (KONDER, 2003). Neste sentido, o referido método permite a análise do passado, sob a observação do presente, além de problematizar o presente, de forma a permitir a construção do futuro (OLIVEIRA, 2006).

Cabe aqui a compreensão de que o método dialético pode ser aplicado no contexto do cotidiano do trabalhador e do desenvolvimento de seu trabalho, problematizando a condição de vida ou sobrevida que é legada ao trabalhador.

Ao fazer a análise do passado e a problematização do presente, é possível observar o contexto do futuro em relação ao trabalho/capital, em que Marx (1997, p.45) pontua o fato de que: “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo.”

O domínio do capital sobre o trabalho é, na verdade, a sobrepujança da empresa sobre o trabalhador, do capital sobre a mão de obra e da materialidade sobre o pensamento e o conhecimento.

Importa ressaltar que para compreender o trabalho no campo da sociedade atual é pertinente observar sua concepção ampliada, pois o mesmo se relaciona aos assalariados, que para sobreviver necessitam vender a força do trabalho, tanto os que desenvolvem trabalhos manuais diretos quanto os que realizam trabalho social e coletivo, os quais fazem da força de seu trabalho a mercadoria em troca de salário (ANTUNES; ALVES, 2004).

Analisa-se que o trabalho não pode ser uma força opressora do trabalhador, mas sim, a sua fonte para viver dignamente e usufruir do fruto de seu labor, pois, quando se nega ao indivíduo o acesso aos bens gerados por sua força de trabalho é negado a este o acesso ao que ele mesmo produz, construindo uma barreira social que se agiganta quando o curso superior é utilizado como instrumento de submissão e não de libertação.

Neste sentido, é viável a concepção de que o trabalhador vive salário percebido para o desempenho de suas atividades laborais, neste sentido, tem-se a relevância no fato de que:

Compreender, portanto, a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) (ANTUNES; ALVES, 2004, p.342).

Ao fazer uma análise mais específica em relação ao tema e observar a classe trabalhadora aponta-se que sua condição social de venda da força de trabalho pelo salário, não lhe permite o deleite dos meios de produção, isto posto, entra-se que na dialética de que nem sempre o trabalhador é produtivo e, nem sempre a sua produção é inclusiva (visto que o trabalhador não pode consumir o fruto de seu trabalho devido a baixos salários), podendo sim, ser geradora de um processo contínuo e elevado de alienação e desnudez.

Considera-se relevante avaliar o entendimento de que não existe no capital a possibilidade de o trabalhador (professor) receber um salário efetivamente justo pela venda de seu trabalho, configurando assim um processo contínuo de exploração, o qual se agiganta no momento em que ele se torna excluído do consumo do que a força de seu trabalho produz.

Assim, figura-se a compreensão de que:

Desta maneira, a reestruturação produtiva repercutiu diretamente nos trabalhadores da educação, pois o ciclo reprodutivo do capital desestruturou a dimensão da força de

trabalho, a qual tornou-se inoperante segundo o ponto de vista de sua dinâmica de acumulação flexibilizada, cabe ao professor responder a pesquisa e a sua formação de maneira concomitante as exigências do mercado de trabalho que salta par a informatização da ciência e concorre com as inovações rápidas em diferentes veículos de comunicação, tais como, a conversão da máquina como ferramenta essencial para o processo de ensino e de aprendizagem (PEREIRA; GUILHERME, 2016, p.8).

Neste sentido, pontua-se que o professor enquanto trabalhador que vem sendo forçado ao desempenho de sua atividade de forma econômica e materialmente mais produtiva, ganha uma conotação de pertencimento àquela parcela hegemônica do proletariado fabril, enquanto uma forma de mercantilização de sua força de trabalho e interesse do capital. Deste modo, o sistema de sobrepujança do capital se fortalece e ganha maior visibilidade também no ensino superior, gerando controvérsias e processos dialéticos presentes no contexto de desenvolvimento das atividades dos docentes.

Em análise ao que já foi apresentado, avalia-se que analisar o trabalho e a condição do trabalhador foi o elemento central do pensamento filosófico de Marx, isto ocorreu tanto por sua profunda análise em relação ao modo de produção capitalista e, também, tendo em vista que o mesmo concebeu que o trabalho vem a ser o alicerce da Ontologia do Ser Social (ALMEIDA, 2017).

Cabe aqui a importância em ressaltar que as condições de trabalho também constituem aspectos geradores de um processo de exclusão, o qual se origina na luta constante entre o capital e a força de trabalho no mundo em que predomina o capitalismo e o mercantilismo.

Nesta análise marxista sobre o trabalho e o trabalhador entra-se também no contexto do trabalho docente no ensino superior, o qual vem passando por um processo que gera um estado de supremacia capitalista, pois a referida atividade vem sucumbindo a uma realidade de exclusão e precarização que se avulta com as condições de execução das atividades laborais.

## **Trabalho Docente Alienado**

Partindo do referencial marxista, que conceitua trabalho como produção do humano, ou seja, é o modo como o homem se insere na ordem social e produz nova ordem, pelas mudanças das relações humanas e pela mudança das relações dele com a natureza estabelecendo as condições de sobrevivência, vê-se, porém, que o trabalho, no contexto sócio-histórico do capitalismo, objetivou-se de tal forma que se tornou estranho, alienado.

Este estranhamento sucede sob diferentes aspectos, na relação com o produto, com o ato de produção, com o ser genérico, ou seja, com os outros homens e consigo mesmo. Com efeito, analisa-se algumas relações entre o trabalho alienado e o trabalho docente na atualidade educacional.

A educação é aqui compreendida como direito social, portanto, do ser humano e como fenômeno-manifesto desde sua origem, confundindo-se, inicialmente, com o próprio ato de viver, mas, progressivamente, diferenciando-se até atingir o caráter institucionalizado, a citar: a escola e a universidade. Nestes ambientes educativos formalizados desenvolvem-se diversas ações humanas no sentido de alcançar seus objetivos.

Estas são consideradas como trabalho. Sendo assim, no âmbito escolar, o trabalho compreende todas as ações educativas, seja do docente, do discente, do gestor, do pessoal de apoio escolar, entre outros. Alfabetizar e ser alfabetizado são formas de trabalho, pois no momento em que a criança e o professor entram na sala de aula e começam a desenvolver suas atividades, ambos estão envolvidos num processo de trabalho (RODRIGUES, 1986, p.61). Importa, então, diferenciar as modalidades de trabalho material e não material para a compreensão do trabalho docente. A primeira modalidade prescinde sempre da segunda, a exemplo da produção de bens materiais, na garantia da subsistência humana. Para sua efetivação, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais.

Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades 'do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte) (SAVIANI, 2005, p.12), o que caracteriza a dimensão do trabalho não material. Por sua vez, o trabalho não material se distingue em duas modalidades: a primeira refere-se

àquelas atividades em que o produto se separa do produtor como no caso dos livros e objetos artísticos. Há, pois, nesse caso, um intervalo entre a produção e o consumo, possibilitado pela autonomia entre o produto e o ato de produção (SAVIANI, 2005, p.12).

Na segunda modalidade, não ocorre intervalo, pois, os atos de produção e de consumo se imbricam, definindo a especificidade do trabalho educativo em que não há produto que se separa do ato de produção. Logo, se pode concluir que o trabalho docente se enquadra na categoria do "trabalho não material" e na modalidade "em que o produto não se separa do ato da produção". Saviani, portanto, entende por trabalho educativo o ato de

[...] produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (2005, p.13).

A produção do humano, entretanto, por meio de elementos e formas, realiza-se na interação concreta. Saviani (2005, p.122), então, considera o trabalho docente como processo de objetivação porque o trabalho passa historicamente, ou seja, a racionalização, a neutralidade, a eficiência e a produtividade, na busca da fórmula, "máximo resultado com recursos mínimos". E, neste sentido, passa a considerar os aspectos estruturais, conjunturais, sociais e históricos em que o trabalho está inserido.

A objetivação do trabalho docente se concretiza por intermédio da perda e da servidão ao objeto, decorrentes da divisão do trabalho na escola e a alienação do trabalho docente se concretiza mediante a apropriação. Compreendemos, então, por trabalho docente todas as atividades desenvolvidas pelos profissionais da educação, na perspectiva de contribuir, fomentar e garantir o sucesso da aprendizagem do discente, do desenvolvimento humano dos sujeitos que compõem o universo escolar, a comunidade e de si mesmo. Oliveira (2003) ratifica esta ideia, assinalando que o trabalho docente compreende também a gestão da escola.

Ademais, o contexto em que os trabalhadores docentes se encontram está permeado pelo modo de produção e de exploração do sistema capitalista, pois a

educação escolar, historicamente se constitui como uma das estratégias de legitimação e reprodução deste sistema.

Isto porque os educadores estão inseridos no sistema educacional imposto pela burguesia, que tende a perpetuar a dicotomia entre os trabalhadores intelectuais e os trabalhadores manuais, entre os que pensam e aqueles que executam, entre outros. Diferentemente de Tardif e Lassard (2005), os quais assinalam que o objeto do trabalho docente é o aluno, compreendendo que o produto deste trabalho é o conhecimento participado na aprendizagem.

Esta, por sua vez, é fruto de um currículo imposto pelo sistema, por meio dos parâmetros curriculares nacionais e promove o estranhamento do trabalhador docente como produto do seu trabalho. A alienação do trabalho docente quanto ao processo de produção do trabalho é caracterizada por Enguita (apud SILVA: 1992) ao analisar a proletarianização a que esta categoria é submetida ao longo dos tempos:

[...] o magistério vem adquirindo, de forma crescente, aspectos estruturais similares aos do proletariado, isto é, vem se proletarianizando. Isto significa que vem deixando de ter características próprias das profissões, tais como autonomia e controle sobre os meios, objeto e o processo do seu trabalho, para adquirir traços da situação estrutural próprios do trabalho assalariado proletário (p. 176).

Na mesma direção, explica Mariano Enguita (1991, p.41)

que a perda de autonomia do trabalho do docente se concretiza pela perda de decisão sobre o resultado da sua atividade, pois as regulamentações, normas, disciplinas, e procedimentos pedagógicos são determinações que não contam com a participação do docente. Dessa forma, [...] Os docentes encontram-se submetidos a processos cuja tendência é a mesma que para a maioria dos trabalhadores assalariados: proletarianização. [...] A autonomia dos trabalhadores está comprometida, em decorrência de uma história de subordinação por meio de alterações estruturais, a citar a desvalorização profissional, a fragmentação e a hierarquização da produção, a burocratização etc.)

Exemplos desta política são os mecanismos de controle externo do trabalho docente, pois diretores, supervisores e orientadores são funções criadas com o objetivo de fiscalizar. Os professores são postos como soldados rasos da indústria, sob a vigilância completa de sargentos e oficiais (MARX e ENGELS: 2002).

Em consequência deste prejuízo da autonomia, muitos trabalhadores docentes não se reconhecem como gênero humano, pois sua atividade é um simples meio para atender algumas das necessidades fisiológicas: comer, beber e procriar (existência física). Esta categoria é uma classe hoje oprimida e, segundo Marx e Engels (2002, 46)

[...] para oprimir uma classe é preciso ao menos garantir-lhe as condições mínimas que lhe permitam ir arrastando a existência servil. A esta categoria é garantido um salário reduzido que atende apenas e, não mais das vezes, em parte, as necessidades mínimas de sobrevivência física e não social e cultural. O educador, portanto, passa a enxergar no outro ser humano um concorrente, patrão, opressor e inimigo. O educador não se reconhece no outro educador.

E infelizmente com essa falácia perpetuada no Brasil nos últimos tempos de que a única solução para a gestão do país é a completa dicotomia política, onde cada lado defende a sua verdade como sendo absoluta, o profissional de educação tende a ser cada vez mais inferiorizado neste processo, pois já participa dos processos do que será ensinado e o ensino é o produto do seu trabalho, o profissional está preso aos moldes do que é definido pelo sistema dentro das políticas públicas de educação. A interferência já é gritante e a ideia das parcelas mais conservadoras da sociedade é que essa seja ainda maior. Tal como se observa, tramita no congresso a PL867/2015 que visa incorporar a LDB o programa escola sem partido, o qual decidirá até mesmo sobre o material didático a ser utilizado pelo profissional da educação sob a seguinte justificativa:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (PL867/2015)

Em um exercício de *reductio ad absurdum*, imagine-se o professor de literatura brasileira apresentando aos alunos do Ensino Médio o poema narrativo *O navio negreiro*, de Castro Alves. Se o poeta toma partido dos escravos e critica a economia que engendrou o trabalho servil, logo teríamos os “apartidários” defendendo a discussão do outro lado: “Seria preciso ouvir a voz dos senhores, senão estaremos tomando partido em nossas aulas!”

O professor aos poucos é ceifado do direito de educar, de ajudar os estudantes a formarem um censo crítico. Preceitua FREIRE (1992) apenas quando tiverem uma pedagogia emancipatória, romperá o ciclo oprimido e opressor. Nesse sentido, a sociedade é transformada pela educação. Por isso, há cada vez mais a alienação do trabalho docente, pois aos “senhores” não interessa que a massa pense por si própria, pois o resultado seria o questionamento a respeito das normas que regem a sociedade.

### **Considerações Finais**

O mundo capitalista tem se transformado constantemente e tais transformações tem atingido toda a sociedade, imprimindo novas formas de organização, formas essas perpassam pela organização dos núcleos de socialização dos indivíduos tais como família e escola. Dentro desse contexto, a educação passou por reformas cujo intento maior era inserir na área os ideais da produtividade e flexibilização próprios da economia, se mercantilizou a educação sendo que a preocupação do estado passa do educar com qualidade para número de educando, assim se estabelece índices e parâmetros quantitativos para avaliar o processo educacional.

Dentre os efeitos de tais reformas, um dos destaques é a alienação do trabalho docente, uma vez que na atualidade os docentes se encontram destituídos da sua função de pensar sobre o seu fazer. A atividade de planejar está cada vez mais centralizada nas mãos do Estado, e como discutida anteriormente a interferência do estado pode vir a ser ainda maior sendo que os gestores hoje debatem a possibilidade de outra reforma no contexto escolar que os permitiria até mesmo selecionar os materiais didáticos e assuntos a serem tratados pelo profissional da educação.

Reconhecemos que o sistema capitalista tem reflexos nos aspectos políticos, sociais, culturais e educacionais e, portanto, no trabalho docente, percebemos que as características da alienação do trabalho docente estão ficando cada vez mais explícitas.

A realidade das concepções de trabalho na nossa sociedade totalmente voltada para o lucro e consumo é que a cada momento o trabalhador se entende

menos enquanto membro participante do processo de produção, isso ocorre porque o trabalho do mesmo é fragmentado e ela apenas reproduz partes de algo que foi concebido por outra pessoa, tal realidade também altera o trabalho docente, visto que atualmente os professores se encontram inseridos em um modelo que pretende a adequação do sistema educacional à lógica do mercado, acentuando o caráter – cada vez mais forte – da educação como mercadoria.

O trabalho [do professor] passa a ser meramente uma mercadoria que tampouco pertence ao educador, tornando-se um trabalhador alienado, em que seu produto, no caso a educação e aprendizagem dos alunos, passa a ser distante dele, estranho, sem prazer algum. (LIMA; WEBER; MARTINI, 2008, p. 25).

Ou seja a lógica exercida nas últimas décadas, faz com que o fruto do trabalho do professor seja orientado pelo lucro (números de estudantes aprovados para a próxima fase e/ou etapa) embora este trabalho, contudo, não configure um trabalho material, tem de se adequar às orientações do mercado.

O indivíduo, na qualidade ser histórico e social, nasce num meio determinado, portanto, sua estrutura, sua consciência, é determinada pela sua vida. Destarte, o modo de organização e produção deste sistema reflete e é refletido na vida dos trabalhadores como um todo.

No âmbito escolar, o trabalho perpassa todas as ações educativas, seja do docente, do discente, do gestor, do pessoal de apoio escolar, entre outros. O trabalhador docente hoje se encontra num processo avançado de estranhamento, de alienação quanto ao seu trabalho, seja na dimensão do produto, do processo de trabalho, de si mesmo e do outro, como ser genérico.

Ele se encontra alienado na sua relação com o conhecimento por ele participado na aprendizagem e no trabalho controlado externamente, por intermédio da perda do poder de decisão dos meios, do objeto e do processo em si, conseqüentemente, o indivíduo não se reconhece na sua atividade e em si mesmo.

Os efeitos desta alienação, além da própria perda de controle sobre o processo do seu trabalho, têm gerado um grande desestímulo dos professores e a ideia de que a sua atuação é um fardo, o seu trabalho passa de um ato prazeroso de realização humana, de transformação de si mesmo, do outro e do meio, a um mister enfadonho, que mortifica, cansa, aliena, sacrifica o ser humano, por ser alheio a si mesmo, e satisfaz apenas, e às vezes precariamente, a sua necessidade

física, negando a sua sociabilidade e humanidade. Deste modo, o trabalhador não se reconhece mais no outro indivíduo, passando a vê-lo como um desafeto, um patrão.

Enfim, tendo tecido algumas reflexões relacionando às quatro etapas do trabalho alienado ao trabalho docente do professor, e cientes de que os indivíduos são tais como manifestam sua vida, tanto com o que produzem quanto com o modo como produzem, apontamos a necessidade premente de revolucionar a organização do trabalho na escola e do trabalho docente em busca do estabelecimento de uma nova sociabilidade pautada na dignidade humana, portanto, desalienada.

### **Referências**

ENGUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Revista Teoria e Educação. N. 4, Pannonica, Porto Alegre: 1991.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. 2 ed, 3 tir. Introdução de Jacob Gorender; Tradução Luiz Cláudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 2002 - (Clássicos).

MARX, Karl. ENGELS Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, 1984.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. IN Educação e Sociedade Revista de Ciência da Educação / Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, V.25, no. 89, p. 1095-1436, set./dez. 2004, 1127,1144.

OLIVEIRA, Dalila. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. IN \_\_\_\_\_. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola. 5 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados,1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica. Primeiras Aproximações. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.